

A AUTOCOMPREENSÃO DA IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB) EM CONFRONTO COM O PLURALISMO SOCIAL E RELIGIOSO

SELF-UNDERSTANDING IN THE EVANGELICAL CHURCH OF LUTHERAN CONFESSION IN BRAZIL (ECLCB) IN CONFRONTATION WITH SOCIAL AND RELIGIOUS PLURALISM

*Gottfried Brakemeier**

Resumo

O artigo expõe a autocompreensão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Depois de situar sua identidade a partir de sua *Constituição*, analisa os modelos de eclesiologia vigentes e a necessidade da continuação do diálogo ecumênico em vista, ao menos, da revogação dos anátemas recíprocos. Finaliza com a abordagem do desafio do pluralismo em um mundo global para a IECLB.

PALAVRAS-CHAVE: Ecumenismo. Eclesiologia. IECLB. Lutero.

Abstract

The article exposes the self-understanding of the Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil (ECLCB). After situating its identity from its Constitution, it analyzes the existing models of ecclesiology and the need for a continuation of ecumenical dialogue in view, at least, of the revocation of mutual anathemas. It ends with an approach to the challenge of pluralism to the ECLCB in a global world.

KEYWORDS: *Ecumenism. Ecclesiology. ECLCB. Luther.*

* Doutor em Teologia. Professor emérito da Escola Superior de Teologia, de São Leopoldo. <brakemeier@terra.com.br>.

Teocomunicação	Porto Alegre	v. 41	n. 1	p. 6-15	jan./jun. 2011
----------------	--------------	-------	------	---------	----------------

Introdução

“Na presente DC (Declaração Conjunta), a palavra ‘Igreja’ reproduz a respectiva autocompreensão das Igrejas participantes, sem que com isso se queira considerar resolvidas todas as questões eclesiológicas a ela associadas”. É o que consta na nota de rodapé nº 9 da Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, assinada em 1999 pela Igreja Católica-Romana e as Igrejas unidas na Federação Luterana Mundial. Por essa observação deveras interessante, pretendia-se excluir a eclesiologia do consenso alcançado. A precaução se evidenciou como pertinente. Diversos pronunciamentos da Cúria Romana voltaram a enfatizar a posição tradicional da Igreja Católica de acordo com a qual as Igrejas oriundas da Reforma do século XVI não são Igrejas “em sentido próprio”. Assim o reafirmaram as “Respostas a Questões Relativas a Alguns Aspectos da Doutrina sobre a Igreja”, publicadas pela Congregação para a Doutrina da Fé em 2007. Não há assunto mais polêmico na agenda ecumênica do que o da eclesiologia. Nele estão embutidas a compreensão do ministério, a da eucaristia, a do governo eclesial, entre outros. Aliás, divergências eclesiológicas verificam-se não só entre católicos, ortodoxos e luteranos, como também entre os próprios protestantes. No Conselho Mundial de Igrejas, falou-se numa “selva de eclesiologias”, na qual é difícil orientar-se. Todas as Igrejas têm a sua própria autocompreensão. Haverá chances de aproximação nessas condições?

É bem verdade que Roma não nega aos protestantes, entre eles os luteranos, a qualidade de cristãos e cristãs. Nesse sentido houve significativos avanços, mostrando que o esforço ecumênico não foi em vão. O reconhecimento mútuo do batismo, recentemente ratificado pelo CONIC, é disto um inequívoco sinal. As próprias “Respostas” não deixam margem de dúvida a esse respeito. Em conformidade com o que já constatará o Concílio Vaticano II, há “elementos de santificação e de verdade” operantes também nas Igrejas e comunidades eclesiais que ainda não se encontram em plena comunhão com a Igreja Católica. Convém lembrar que o luteranismo a despeito das divergências jamais questionou a eclesialidade da Igreja Romana. De qualquer maneira, como pessoas batizadas em nome do trino Deus, somos irmãos e irmãs em Cristo. Mas as instituições eclesiásticas continuam excludentes. A eclesiologia é o nó górdio a desatar na busca da unidade das Igrejas na missão universal.

1 O mundo plural e a religião

A urgência da tarefa não necessita de justificação. Um mundo cada vez mais plural, ameaçado e confuso desafia o testemunho cristão e exige a conjugação das forças. E estas estão diminuindo. Estamos vivendo em épocas de descristianização. As Igrejas ditas históricas estão encolhendo o que é verdade tanto para a Igreja Católica quanto para a Luterana. O subjetivismo pós-moderno privatizou a religião e transformou as Igrejas em prestadoras de serviço, das quais as pessoas se servem a bel-prazer. Fica difícil formular normatividade nessas condições. Outro dia ouvi alguém comentar um discurso do papa, dizendo: “Ah, isto é opinião dele”. O pluralismo religioso acarreta os inconvenientes do relativismo. Por outro lado, produz a reação fundamentalista que admite uma só verdade e condena os dissidentes, não hesitando nem mesmo em usar a violência no combate aos mesmos. A Igreja deve achar o seu caminho, evitando os malefícios do relativismo de um lado e do fundamentalismo de outro. Nesse afã a prestação de contas sobre as nossas eclesiologias e a tentativa de achar formas de cooperação é fundamental. Há limites para a diversidade eclesiológica. Se faltar a base comum, a diversidade se transforma em conflito. E este é prejudicial ao corpo de Cristo, debilitando o mandato cristão de evangelizar o pluralismo social e religioso da atualidade.

2 A autocompreensão da IECLB

A autocompreensão da IECLB está definida em sua Constituição. De acordo com esta, ela é “igreja de Jesus Cristo no País”. Isto significa que ela não foi fundada por M. Lutero em Wittemberg, e, sim, em Jerusalém, há 2000 anos atrás, por ação do Espírito Santo. Convém anotar que a Igreja cristã também não foi fundada em Roma, nem em Londres ou Genebra. Sua gênese está na cidade santa do povo de Israel, do qual Jesus foi filho. Logo, ela não tolera atributos nacionais ou culturais. A Igreja de Jesus Cristo não pertence a nenhuma nação nem denominação. Ela é universal. A IECLB certamente lutou com o germanismo em suas fileiras. Mas ela não se considera germânica. Ainda que seja herdeira da Reforma do século XVI, ela não tem nacionalidade, nem cor, nem gênero. Experiências da África, da Ásia e de outros continentes são exemplos instrutivos da capacidade de inculturação de Igreja Luterana. Ela é católica, embora não romana. Entende-se a si mesma como membro

da una, santa, católica e apostólica Igreja. A catolicidade luterana se expressa não somente na normatividade que atribui à Sagrada Escritura como também, entre outros, na acolhida dos credos da antiga Igreja, ou seja, do credo apostólico, do niceno-constantinopolitano e do atanasiano. Consequentemente também os santos padres da Igreja antiga e a teologia escolástica da Idade Média fazem parte das raízes do luteranismo e de sua longa história.

Mesmo assim surgiu em dado momento Igreja Luterana. Não há como entrar nas causas desta evolução trágica neste contexto. Mas importa lembrar alguns fatos. M. Lutero durante toda a sua vida se considerou um bom católico, filho de sua Igreja. Jamais pensou em fundar uma Igreja nova. Queria, isto sim, reformar a Igreja de seu tempo, no que enfrentou enormes dificuldades. De início se opôs a que seu nome fosse usado para designar o movimento que desencadeou. Disse não ter sido crucificado em favor de ninguém. Mas acabou se convencendo de que a fala em “cristãos” permanece vaga. Posições altamente desencontradas podem refugiar-se sob este guarda-chuva, razão pela qual concordou em que o nome “luterano” fosse usado para designar determinado modo de ser cristão. Somos Igreja baseada no evangelho de Jesus Cristo da maneira como Lutero o interpretou. Isso não significa que Lutero ocupasse uma cátedra com magistério infalível. Ele não é nosso papa. O Reformador não só teve seus defeitos como também merece em muitos pontos uma avaliação crítica. Não obstante, deixou um legado extremamente valioso, pelo qual a Igreja Luterana agradece, a que continua preservando e pela qual se orienta.

Como Igreja Luterana a IECLB se sabe vinculada à família luterana global, documentando-o pela filiação à Federação Luterana Mundial e por parcerias bilaterais específicas. Ela comunga com suas Igrejas irmãs a mesma base confessional, constituída principalmente pela Confissão de Augsburg, redigida por F. Melancthon, em 1530. Mas também as demais confissões luteranas, reunidas no Livro de Concórdia, em 1580, bem como os escritos do próprio M. Lutero são referenciais de sua identidade. A confissão luterana naturalmente implica uma série de peculiaridades que a distinguem no mundo ecumênico e que lhe determinam a fé e a conduta. Mencionem-se: a estrutura eclesial que tem natureza sinodal, não hierárquica; a concepção do sacerdócio geral dos crentes; a conceituação da sexualidade; e outros. Pode-se, até certo ponto, resumir a identidade luterana nos quatro “sola” que são o “sola scriptura”, o “solus Christus”, o “sola gratia” e o “sola fide”. Fonte

exclusiva da fé é a Bíblia, que apregoa Jesus Cristo como o único mediador, sendo que nós somos justificados somente por graça e fé. São estes os pilares da confessionalidade luterana. Eles não o são apenas do luteranismo. A confissão luterana não pretende ser particularista e sim ecumênica, válida para a cristandade em seu todo. Mas os “sola” não têm o mesmo peso em todas as Igrejas e muito menos o mesmo significado. Para o luteranismo, eles expressam fidelidade aos propósitos de Jesus Cristo e são algo como sua carteira de identidade.

3 A IECLB e o ecumenismo

Em virtude da pretensão ecumênica de sua confissão, a Igreja Luterana não se isola das demais Igrejas cristãs. Sabe-se vinculada a todas as Igrejas no mundo que confessam Jesus Cristo como único Senhor e Salvador. Os termos lembram a fórmula básica do Conselho Mundial de Igrejas que reúne Igrejas que “reconhecem nosso Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador”. Nesse sentido lato a IECLB se sabe irmanada não só com Igrejas Luteranas, e, sim, com toda a ecumene. Considera-se um membro do corpo maior de Jesus Cristo, comprometida por isso com a busca da unidade dos cristãos. Esta unidade, aliás, não deve ser confundida com uniformidade. Se os membros do corpo forem idênticos, ele não têm como funcionar. Cada qual é chamado a contribuir com o seu carisma específico. Também Igrejas possuem sua individualidade. Consequentemente a tradição luterana deve ser entendida como talento, dom, com o qual importa trabalhar para a maior glória de Deus. Nenhuma Igreja reúne em si a integral catolicidade da Igreja de Cristo, algo admitido pela própria Igreja Católica. Logo é preciso reconciliar as diferenças, fazê-las compatíveis e assim habilitá-las à cooperação, possibilitando o que chamamos de “aprendizagem ecumênica”. Para a Igreja Luterana, o ecumenismo não é opção, e, sim, dever.

Na agenda ecumênica do luteranismo, o diálogo com a Igreja Católica sempre teve certa prioridade. Logicamente houve e há contatos com outras Igrejas, a exemplo de anglicanos, reformados, ortodoxos. O CONIC é um órgão multidenominacional. Mas ele não substitui as relações bilaterais. É longa a jornada ecumênica que católicos e luteranos têm em comum, seja em nível nacional ou internacional. A comissão bilateral nacional é disto um bonito exemplo. E os esforços não têm sido em vão. Entre os avanços no caminho da unidade, lembro a já mencionada Declaração Conjunta sobre a Justificação. Somos

gratos por muitas demonstrações de fraternidade da Igreja Católica, que temos a coragem de chamar nossa Igreja irmã, embora tenhamos a nossa eclesialidade negada por ela. O caminho da unidade continua sendo árduo e lento. Importa sepultar expectativas exageradas a fim de precaver-se contra frustrações. Unidade sempre tem sido algo dinâmico. Ela não exclui a possibilidade da discordância nem a coexistência de pluralidade. O próprio Novo Testamento o confirma. O que queremos é a “comunhão dos santos”, capaz de abrigar legítima diversidade alicerçada num consenso básico. O termo “unidade”, pois, deve ser interpretado a partir do conceito da “comunhão”.

4 Modelos eclesiológicos possíveis

Em tempos recentes, isso se tornou particularmente relevante para a eclesiologia. A selva eclesiológica a que nos referimos se articula em essencialmente quatro paradigmas incompatíveis um com o outro. A pergunta pelos elementos constitutivos para a Igreja de Cristo recebe respostas contrastantes. Início com a posição luterana. De acordo com o artigo 7º da Confissão de Augsburg, existe Igreja onde o evangelho é pregado de maneira pura e os sacramentos são administrados corretamente. Portanto, a pregação da palavra de Deus e a celebração condigna dos sacramentos são os proeminentes sinais de Igreja autêntica. Lutero pôde mencionar ainda outros, a exemplo da convocação de ministros eclesiásticos, do poder das chaves e da cruz. E, no entanto, nada se iguala àqueles dois que são essenciais. A igreja se identifica por aquilo que a cria, isto é, por palavra e sacramento. Consequentemente a unidade da Igreja se constrói em cima de um consenso doutrinal. Diz o mesmo artigo: “E para a verdadeira unidade da Igreja basta que haja acordo quanto à doutrina do evangelho e à administração dos sacramentos.” Vale o princípio: “*Ubi praedicationis evangelii, ibi ecclesia*”. Entende-se sob apostolicidade, a fidelidade da igreja à doutrina dos apóstolos.

Isto é diferente na Igreja Católica que se identifica por uma estrutura eclesiástica de natureza episcopal, atribuindo-lhe normatividade. Ela se caracteriza por sucessão histórica que conecta a Igreja às suas origens e que reserva o primado ao sucessor de Pedro. Comunhões cristãs que não se inserem nessa estrutura hierárquica não podem ser reconhecidas como Igrejas em sentido próprio. A validade da eucaristia depende da ordenação sacerdotal de seus ministros. Meu colega R. von Sinner qualificou este

modelo como sendo de ordem sacramental. Conseqüentemente a unidade da Igreja não se constrói mediante um consenso doutrinal, e, sim, pela inserção estrutural. É o bispo quem identifica a Igreja no sentido de “*Ubi episcopus, ibi ecclesia*”. A estrutura episcopal da Igreja Católica tem réplica na Igreja Ortodoxa e Anglicana. Mas há diferenças a observar, sendo a função do ministério petrino a mais polêmica.

Além desses paradigmas eclesiológicos, há outros. É impossível ser exaustivo neste espaço de tempo. Mas não posso deixar de mencionar o modelo congregacional fortemente presente nas Igrejas Batistas. O poder eclesial repousa sobre os ombros dos leigos e representantes da congregação. O fator essencial de eclesialidade é, assim se poderia dizer, a confissão do indivíduo, sua profissão de fé, sua decisão a favor do evangelho e da filiação à comunidade. Esta, pois, é fruto da vontade de seus membros e do ato de sua “congregação”. Vale: *Ubi fideles, ibi ecclesia*. Em tal ótica, os ministros e as ministras estarão subordinados à autoridade da comunidade e correm o risco de serem reduzidos a funcionários da mesma.

Com mais outro modelo nos confrontam as Igrejas Pentecostais. Convém ressaltar ser impróprio qualificar o pentecostalismo como uma variante do protestantismo. Trata-se, muito pelo contrário, de um ramo peculiar na árvore genealógica do cristianismo. Toda a autoridade está com o Espírito Santo, sendo que comunidade é o grupo dos que por ele foram “batizados”. É cristão e cristã quem foi tocado pelo Espírito e deu demonstração de seus poderes. A doutrina evangélica passa ao segundo plano, assim como também os aspectos institucionais da comunidade cristã. Ela já não precisa de ministérios. Necessita, isto sim, de carismas. Portanto, é a experiência carismática que faz a Igreja do que resulta: *Ubi opera Spiritus, ibi ecclesia*.

A selva eclesiológica certamente contém ainda outras “espécies nativas”. As que foram mencionadas são suficientes para comprovar que pluralismo não deixa de ser um fenômeno interno do cristianismo. Como administrar a diversidade existente no próprio corpo de Cristo? Proíbem-se tanto a posição exclusivista quanto a pluralista. A primeira admite apenas uma proposta, excluindo aqueles que a ela não se submetem. A segunda preconiza o lado a lado estanque de várias verdades supostamente equivalentes, sancionando assim a concorrência. Embora também em Igreja Luterana houvesse sinais de exclusivismo de um lado e de pluralismo de outro, ela sempre privilegiou a diretriz “*sine vi, sed verbo*” (sem violência, e, sim, pela palavra). Litígios devem ser

resolvidos de maneira fraternal, através de diálogo e entendimento. Para tanto necessário se faz substituir o anátema pela discordância. Esta não é de modo algum um sinônimo de rompimento. Na qualidade de cristãos unidos pelo batismo e pela confissão da fé pertencemos à mesma família de Deus. Ela se baseia num fundamento comum, nutre-se da mesma raiz. Por isso o ecumenismo inicia com a lembrança dos laços que nos unem. Em cima deste consenso, podemos e devemos falar também das nossas divergências. Mas permaneceremos visíveis como membros da mesma família. A força de uma comunhão se mostra na capacidade de conviver com diferenças.

Ademais é de duvidar que as possibilidades de aproximação estejam realmente esgotadas. A unidade dos cristãos, embora deva admitir diferenças, necessita de algum reconhecimento mútuo também na eclesiologia, no ministério, na missão. Existem propostas respectivas. Penso, entre outros, no documento “Batismo, Eucaristia e Ministério”, elaborado pela Comissão de Fé e Ordem do Conselho Mundial de Igrejas. Da comissão participa também a Igreja Católica em caráter oficial. Esse assim chamado “Documento de Lima” pouco efeito produziu até o momento. Mostra que convergências e até mesmo consensos são possíveis. Não precisamos impor a nossa concepção aos parceiros ecumênicos, mas poderíamos revogar os anátemas que oneram a nossa comunhão em Cristo. Finalmente cabe lembrar a promessa de Jesus Cristo que diz: “Onde estiverem reunidos dois ou três em meu nome, ali estou no meio deles” (Mt 18.20). Temos aí o princípio eclesiológico por excelência, *pois é a presença de Cristo que faz a igreja*. Não seria a invocação desse nosso Senhor o suficiente para garantir a eclesialidade? Seja lembrada a analogia do batismo, cujo reconhecimento ecumênico depende unicamente da invocação do trino Deus. Não seria cogitável algo semelhante também na eclesiologia?

5 O desafio de um mundo global plural

Provocação incomparavelmente maior é o pluralismo de um mundo global tanto em sua variante religiosa quanto secular. Ele caracteriza também a sociedade brasileira, na qual a IECLB está radicada. Somos Igreja de confissão luterana *no Brasil*. O desafio se coloca a todas as Igrejas por igual. Os augúrios do fim da religião não se cumpriram. Pelo contrário, fala-se num retorno do sagrado. Apesar de essa constatação ser problemática, ela faz jus ao fato de que a religião continua muito

viva. Mas sua função mudou. Espera-se dela não a preparação para a beatitude celeste, e, sim, recursos para a potenciação da beatitude terrestre. As pessoas buscam cura para seus males, compensação para suas frustrações, ascensão social, aventura para animar a rotina cotidiana. Para alcançar o objetivo, instalou-se o princípio do “vale tudo”. Bebe-se de muitas fontes, inclusive não cristãs. Nessas condições, fidelidade eclesial se torna rara. O individualismo pós-moderno subverte a comunidade cristã. Prevalece a lei do mercado também nas ofertas da religião que transforma o membro de um corpo em freguês de uma empresa. Ao lado da exuberância religiosa, porém, observa-se o renascer do ateísmo militante, o crescimento da indiferença em assuntos de fé, o avanço do secularismo. A coexistência de fervor religioso de um lado e do ceticismo de outro pertence ao paradoxo da sociedade pluralista contemporânea.

Ele afeta também a IECLB. Ela vai ter que reformar-se e desenvolver estratégias para achar o jeito de ser Igreja Luterana nesse cenário. Para tanto ela necessita de coragem para sair da sua toca e se aventurar no mundo plural, assim como o fez a primeira cristandade. Da mesma forma, porém, deverá cuidar para não trair o evangelho de Jesus Cristo. Excessiva adaptação vai resultar em perda de identidade, demasiada resistência ao espírito da época acabará em isolamento sociorreligioso. Sem entrar em detalhes dessa exigência, permito-me listar quatro aspectos a que a IECLB, em respeito à identidade luterana, não pode renunciar:

- (a) Ela vai continuar dando valor à mensagem, não se satisfazendo com uma religiosidade puramente emocional. Ela tem um compromisso com o evangelho e a evangelização. As pessoas de hoje, mais do que gerações passadas, necessitam de orientação no mar de informações que se precipitam sobre elas.
- (b) Pelo mesmo motivo, ela tratará de dar razões para a fé. Religiosidade e fé não são a mesma coisa. Enquanto aquela prolifera, esta está em crise. Um mundo plural já não sabe em que se pode e se deve crer. Uma Igreja que propaga o “sola fide” não pode negligenciar o assunto. Por acaso, a fé estará sobrando neste mundo? Que pensam os ateus sobre ela? Qual é a fé do ateísmo?
- (c) Religiosidade selvagem pode ser altamente tola. Ela pode ser instrumentalizada para fins dúbios e até mesmo criminosos. O Espírito Santo, porém, é o Espírito da Sabedoria. Algo

semelhante vale para a ciência. Também ela pode cometer loucuras. Ela quase que asfixiou a sabedoria muito em prejuízo das pessoas. Igreja Luterana terá que lembrar a sabedoria do evangelho e da fé que a ele se prende.

- (d) Igreja cristã não pode calar com respeito à cruz de Jesus Cristo. Esta sempre tem sido um escândalo. Mas trata-se do escândalo do amor. Na cruz se revela o Deus que amou o mundo de tal maneira que por ele deu seu filho (João 3.16). Religiosidade sem amor a nada se reduz como bem o expôs o apóstolo Paulo. Por isso mesmo, Igreja Luterana terá que ir em defesa da misericórdia, da diaconia, da justiça, dando atenção preferencial aos excluídos da sociedade.

Conclusão

Igreja Luterana confessa ser fruto da misericórdia divina. Logo tem o dever de repassar a notícia desta misericórdia aos outros, bem como ensaiar gestos que a tornam concreta. A magnitude deste mandato pode assustar, mas cristãos jamais se encontram sozinhos no caminho. Sabem-se em comunhão com Igrejas irmãs e, sobretudo, carregados pelo Senhor da Igreja que venceu o mal, a dor e a morte.

Recebido em: 18/10/2010.

Avaliado em: 05/11/2010.